

Os valores políticos da democracia nas opiniões dos vereadores de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul

Riberti de Almeida Felisbino¹
Maria Teresa Miceli Kerbauy²

Resumo

Neste artigo o nosso objetivo foi analisar os valores da democracia nas opiniões dos vereadores dos municípios de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul. O recorte temporal foi o ano de 2010 e a técnica de coleta e análise dos dados foram baseadas nos principais métodos de pesquisa nas Ciências Sociais. As percepções dos vereadores revelaram que (a) a democracia está estável e ela é superior a outros regimes políticos, (b) ela apresenta um conteúdo socioplítico pautado em certas políticas igualitárias e na prática eleitoral, (c) os partidos e as eleições são essenciais para o bom andamento da democracia e (d) a democracia é apoiada por várias opções ideológicas.

Palavras-chave: Opiniões; Valores políticos; Democracia, Câmara Municipal; vereadores

Abstract

The objective of this paper is to analyze the values of democracy in the opinions of the councilors of the cities of São Bernardo do Campo, Santo André and São Caetano do Sul. This paper analyzes the period of 2010 and the technique of collection and analysis data were based on the main research methods in the Social Sciences. The results were: i) democracy is stable, ii) it is superior to any other type of regime, iii) content support in some public policy and the use of voting and iv) democracy has the support of the various ideological options.

Key words: opinions; Political values; Democracy; Town-Hall; Councilors

¹ Pesquisador Associado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Guarulhos.

² Pesquisadora do CNPq e docente colaboradora do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Introdução

O município é a base física e espiritual da nação. (Roberto Requião e Cunha Bueno, Congresso Nacional)

[...] o governo municipal é a mais importante instituição política até agora criada pelo homem.

(Benedicto Silva, Instituto Brasileiro de Administração Municipal)

Responsáveis por administrarem as instituições e decidirem pela produção de políticas públicas, os integrantes das elites políticas³ vêm, nos últimos anos, despertando o interesse de muitos estudiosos, pois esses membros mantêm uma forte influência no atual arranjo democrático. Talvez a explicação para tal interesse esteja na promulgação da Constituição Federal de 1988, no resultado final do plebiscito de 1993, nas subsequentes reformas constitucionais e nas pequenas reformas políticas, pois os membros das elites estão experimentando mudanças significativas e isto tem provocado um rearranjo na maneira com os integrantes desses grupos interagem entre eles e com a própria estrutura institucional. Além disso, essas mudanças definiram um desenho institucional que funciona até hoje e está composto pelas instituições: (a) Sistema de governo: presidencialista; (b) Modelo de Estado: federal; (c) Sistema eleitoral: (c.i) representação majoritária com dois turnos (caso nenhum candidato receba pelo menos 50,0% dos votos no primeiro turno) e com maioria simples e (c.ii) representação proporcional com lista aberta. A representação com dois turnos é utilizada nas eleições para eleger o presidente da República, os governadores e os prefeitos de municípios com mais de 200 mil eleitores; já a maioria simples é usada nas eleições para eleger os senadores e os prefeitos de municípios com menos de 200 mil eleitores. A representação proporcional com lista aberta é aplicada nas eleições para eleger os deputados federais, estaduais e vereadores (NICOLAU, 2002).

³ Neste artigo a definição de elite apoia-se nos estudos históricos sobre elites e baseia-se no critério de posição. Segundo Charles Wright Mills, "la minoria poderosa está compuesta de hombres cuyas posiciones les permiten trascender los ambientes habituales de los hombres y las mujeres corrientes; ocupan posiciones desde las cuales sus decisiones tienen consecuencias importantes" (MILLS, 2001, p.12). Devido aos postos que ocupam no seio da sociedade, eles têm uma forte influência sobre os demais atores envolvidos no jogo político.

Podemos dizer que esse desenho vem estimulando cada vez mais a vontade dos estudiosos de querer entender como esse arranjo vem funcionando. Esse interesse tem produzido inúmeros estudos sobre o desempenho das instituições que compõem esse desenho, em especial dos poderes Executivos e Legislativos, seja na esfera nacional ou subnacional. Embora a literatura neo-institucionalista venha a destacar que as instituições são importantes na análise do sistema político, não podemos esquecer que os membros das elites também são relevantes na compreensão do conjunto desse sistema, pois são eles que operam diretamente as instituições (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2008). Em outras palavras, a tarefa de compreender um sistema político torna-se mais difícil se nós não damos uma atenção especial aos membros das elites (MAINWARING, 2003, 1993).

Com base nas orientações de Scott Mainwaring, neste artigo nos dedicamos a estudar as elites no âmbito municipal, em que as percepções políticas sobre a democracia dos vereadores de alguns municípios da região do ABC Paulista⁴ constituíram o foco das nossas análises. Para analisar essas opiniões, o nosso ponto de partida foi o baixo apoio dos brasileiros à democracia, pois as pesquisas de opinião do Latinobarómetro têm revelado que os cidadãos não confiam nas suas instituições, principalmente na própria democracia.

Nos últimos anos, o processo de consolidação da democracia latino-americana tem sido um tema que vem sendo estudado por muitos pesquisadores das Ciências Sociais. Esse interesse pode ser explicado pela importância que tal regime representa na história política da América Latina, marcada por longas violências decorrentes dos governos militares. Dentre as várias pesquisas desenvolvidas, pode-se destacar o interesse pela análise das opiniões dos cidadãos sobre a funcionalidade do regime democrático.

Os dados divulgados pelo Latinobarómetro sobre a adesão dos brasileiros à democracia são baixos. Nos anos de 1996, 2001, 2006, 2007 e 2008, o percentual de brasileiros que preferem a democracia a qualquer outra forma de regime político nunca ultrapassou os 50%, respectivamente, com 50%, 30%, 46%, 43% e 47% do total. Isto significa dizer que a democracia não foi bem avaliada pelos brasileiros.

⁴ O ABC Paulista, também conhecido por Região do Grande ABC ou simplesmente ABC, é uma região industrial do estado de São Paulo, que integra a sua região metropolitana. Essa denominação (ABC Paulista, Região do Grande ABC ou ABC) é originária dos três municípios tradicionais dessa região: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C). Todavia, também fazem parte do ABC, apesar de não contribuírem para a denominação, os municípios de: Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Diadema.

Quanto a isto, Moisés (2005, p.34, entre colchetes dos autores) ressalta que no Brasil, “[...] a percepção negativa das instituições [entre elas a democracia] atravessa todos os segmentos de renda, escolaridade, idade e distribuição ecológica, chegando a influir sobre a disposição dos cidadãos para participar de processos políticos [...]”. Se esse sentimento negativo sobre as instituições é generalizado entre os brasileiros, o que os vereadores pensam? Para eles a democracia é a melhor forma de governo? Se sim, qual é o conteúdo desse apoio? Se não, em que momento a democracia não é preferível? Os partidos e as eleições são relevantes para a funcionabilidade da democracia? A opção ideológica influencia na percepção sobre a democracia?

Para responder as perguntas acima, o nosso foco de análise foram as opiniões dos vereadores dos municípios de São Bernardo do Campo⁵, Santo André⁶ e São Caetano do Sul⁷ sobre a democracia e, para isto, aproveitamos e utilizamos o questionário auto-administrado⁸ da pesquisa “A democracia e os valores políticos da elite parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2007-2010)”⁹, pois o seu objetivo deste artigo foi exatamente o mesmo desta pesquisa. Com base nas orientações de Babbie (2003), esse questionário auto-administrado foi deixado diretamente com os vereadores do atual período legislativo (2009-2012) e a taxa de retorno de cada município foi: (a) São Bernardo do Campo 76,2%, (b) Santo André 85,7% e (c) São Caetano do Sul 66,7%. As informações coletadas passaram por uma análise de consistência, depois foram codificadas e inseridas em planilha do SPSS. Com o banco de dados preparado foi possível fazer uma análise mais detalhada das opiniões dos vereadores sobre a democracia.

Democracia e as opiniões dos vereadores do ABC Paulista

O Brasil passou por uma longa experiência autoritária e hoje é formalmente uma República presidencialista, cuja ordem política cumpre com os requisitos básicos do jogo democrático (DAHL, 1997).

⁵ • Poder Executivo: PT e PTB • Poder Legislativo (total 21 vereadores): DEM e PMDB = 2 cada partido; PPS e PSDB = 3; PSB = 5 e PT = 6.

⁶ • Poder Executivo: PTB • Poder Legislativo (total 21): PMDB, PSDB, PSL e PV = 1; DEM, PTB, PSB e PSDB = 2 e PT = 5.

⁷ • Poder Executivo PTB • Poder Legislativo (total 12): PT, PR, PP, PMDB e PV = 1; PSB = 2 e PTB = 5.

⁸ Segundo Babbie (2003), com o questionário auto-administrado, o entrevistado responde as perguntas sem a presença do entrevistador, possibilitando-o uma melhor organização do seu tempo, ou seja, ele poderá adequar o seu tempo para responder o questionário.

⁹ Essa pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo n° 2009/01707-5) e foi supervisionada pela profa. dra. Maria Teresa Miceli Kerbauly.

Isto significa que os membros das elites desfrutam da liberdade de associação e de expressão, podem competir em busca de apoio em eleições periódicas e livres, e o mais importante é que a oposição tem as mesmas condições de chegar ao poder pelo voto popular. Apesar de o Brasil cumprir atualmente com os requisitos democráticos, quais são as opiniões dos membros das Câmaras Municipais sobre o sistema político em que vivem? Essa e as outras citadas na seção anterior são algumas das perguntas levantadas por pesquisadores interessados em conhecer as percepções dos membros das elites sobre os aspectos funcionais desse regime político (FELISBINO, 2011, 2008a, 2008b; FELISBINO e MIRANDA, 2010; MOLINA e LEVINE, 2007; ANASTASIA, MELO e SANTOS, 2004; ALMEIDA e BRAUNERT, 2007; PERISSINOTTO e BRAUNERT, 2006; FLORIA, 1997).

Com o intuito de oferecer respostas para estas perguntas, esta seção está organizada em quatro partes: na primeira parte, analisamos a estabilidade da democracia e a adesão ao regime democrático e as situações em que os vereadores admitem ou não o fim da democracia; na segunda, examinamos o conteúdo dessa adesão; na terceira, analisamos a importância dos partidos e das eleições para a democracia e na última parte, investigamos a opção ideológica relacionada com alguns aspectos sociopolíticos do regime democrático.

Estabilidade e adesão à democracia

Depois do *impeachment* do ex-presidente da República Fernando Affonso Collor de Mello em 1992 e com os resultados das últimas eleições gerais (2002 e 2006 e 2010), os integrantes das elites estão mais experientes e conhecem muito bem as regras do jogo. Além disso, hoje, não se teme mais a volta dos militares ao poder, pois os membros das elites sabem que a democracia é superior a qualquer outro tipo de regime e acreditam nela (FELISBINO e KERBAUY, 2011, 2010a, 2010b; ALMEIDA e BRAUNERT, 2007; PERISSINOTTO e BRAUNERT, 2006). Essa certeza de que a democracia é a melhor opção para se viver está relacionanda, de alguma forma, com maturidade política dos integrantes pertencentes às elites que, por sua vez, é fruto dos valores que esse regime produziu e vêm produzindo no seio da sociedade. Isto significa dizer que, hoje, o que se observa e se sente é uma certa estabilidade da democracia no Brasil e um indicador disto está na própria adesão pessoal ao regime.

Para tanto, antes é interessante dar um passo atrás para mostrar as opiniões dos vereadores sobre a estabilidade da democracia¹⁰. Na Tabela 1 podemos ver que a maioria dos parlamentares pensa que a democracia está “muito estável”, isto é, os vereadores estão otimistas em avaliar o regime democrático e isto fica constatado no alto percentual da categoria (77,8%, 75,0% e 62,5%).

Tabela 1 - Estabilidade da democracia (São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, 2010)

Estabilidade	Câmara Municipal		
	São Bernardo do Campo	Santo André	São Caetano do Sul
Muito estável	75,0 (12)	77,8 (14)	62,5 (5)
Bastante estável	25,0 (4)	22,2 (4)	37,5 (3)
Pouco estável	-	-	-
Não é estável	-	-	-
Total	100 (16)	100 (18)	100 (8)

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbauy (2010).

Obs.: * Sinal para indicar % e N igual a zero.

Constatamos que para os vereadores, o Brasil é uma democracia e ela está “Muito estável”, apesar disso, quando se trata de identificar o grau de estabilidade desse regime nas suas opiniões, o resultado obtido está acima daqueles encontrados nas percepções dos membros das

¹⁰ Para identificar essa estabilidade, trabalhamos com algumas categorias como “Muito” e “Bastante estável” e acreditamos que a diferença entre elas está na intensidade aferida de cada termo. No Dicionário de Língua Portuguesa Houaiss encontramos essa distinção: o termo Muito (advérbio) significa “exageradamente”, “excessivamente”, ou, ainda, “abundantemente”; enquanto o termo Bastante (também advérbio) expressa “quantidade suficiente”, “satisfatoriamente”, ou, ainda, “muito de maneira acima da média”. Podemos perceber que literalmente a categoria “Muito estável” agrega mais intensidade de aferição que a categoria “Bastante estável”, pois Muito é mais forte que Bastante. Embora exista essa diferença de intensidade, o importante é saber se os entrevistados reconhecem se atualmente a democracia no Brasil está Muito ou Bastante estável, pois ambas as opiniões podem mostra que esse regime está na direção da sua estabilidade.

elites parlamentares de alguns países da América do Sul¹¹ e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. É importante dizer que esse grau é obtido com a soma das categorias “Muito” e “Bastante estável” que pode indicar um grau Baixo (variando entre 0,00%-39,99%), Médio (40,00%-79,99%) ou Alto (80,00%-100,00%).

Felisbino (2011, 2008a, 2008b), ao analisar as opiniões dos parlamentares sul-americanos sobre a democracia, identificou que Uruguai, Argentina e Brasil são os países onde o grau de estabilidade democrática é Alto, isto significa que os valores encontrados, 97,8%, 95,2% e 93,3%, respectivamente, oscilam no intervalo de 80% a 100%. Por outro lado, o Paraguai e a Venezuela são os países latinos que apresentam algumas dificuldades com a estabilidade da democracia, pois o grau desses países, de acordo com a nossa classificação, é Médio, 67,1% e 63,1%, respectivamente. Felisbino e Kerbauy (2011, 2010a, 2010b), ao examinarem as percepções dos deputados estaduais paulistas, constataram que o valor do grau da estabilidade democrática está um pouco abaixo do encontrado entre as elites parlamentares da América do Sul, com exceção dos resultados achados para os países do Paraguai e da Venezuela. Mas esse grau, nas opiniões dos deputados estaduais paulistas, é Alto, visto que o valor obtido foi de 86,7%. Já para o grupo de vereadores aqui analisado, o grau de estabilidade nas suas opiniões é Alto e com o diferencial de que está acima dos valores encontrados nos exemplos supracitados, pois com os parlamentares sancaetanenses, andreenses e sancaetanenses, o valor do grau de estabilidade (somatória das categorias “Muito” e “Bastante estável”) atingiu, para os três grupos, 100%.

¹¹ Embora seja uma comparação entre esferas governamentais (nacional *versus* municipal) e localizações (São Bernardo do Campo/Santo André/São Caetano do Sul *versus* alguns países sul-americanos) diferentes, ela se justifica pela curiosidade em querer conhecer como anda a democracia nas opiniões dos parlamentares de diferentes classes políticas em locais distintos.

Tabela 2 - Adesão à democracia¹² (América Latina, 2008 e 2009)

País	Ano		Diferença entre os anos
	2008	2009	
Brasil	47,0	55,0	8,0
Venezuela	82,0	84,0	2,0
Uruguai	79,0	82,0	3,0
Rep. Dominicana	73,0	67,0	-6,0
Bolívia	68,0	71,0	3,0
Costa Rica	67,0	74,0	7,0
Colômbia	62,0	49,0	-13,0
Argentina	60,0	64,0	4,0
Nicarágua	58,0	55,0	-3,0
Panamá	56,0	64,0	8,0
Equador	56,0	43,0	-13,0
Paraguai	53,0	46,0	-7,0
Chile	51,0	59,0	8,0
El Salvador	50,0	68,0	18,0
Peru	45,0	52,0	7,0
Honduras	44,0	55,0	11,0
México	43,0	42,0	-1,0
Guatemala	34,0	42,0	8,0

Fonte: Latinobarómetro.

¹² Essa adesão diz respeito a seguinte pergunta no questionário do Latinobarómetro: ¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. más de acuerdo? "La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno"; "en algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible a uno democrático"; "a la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático que uno no democrático".

Tabela 3 - Adesão à democracia (São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, 2010)

Adesão	Câmara Municipal		
	São Bernardo do Campo	Santo André	São Caetano do Sul
A democracia é sempre a melhor forma de governo	87,5 (14)	100 (18)	100 (8)
A democracia às vezes é a melhor forma de governo	12,5 (2)	-	-
A democracia nunca é a melhor forma de governo	-	-	-
É indiferente ter ou não uma democracia	-	-	-
Total	100 (16)	100 (18)	100 (8)

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbaury (2010). Obs.: * Sinal para indicar % e N igual a zero.

Como podemos observar na Tabela 2, menos da metade dos cidadãos colombianos, paraguaios, equatorianos, mexicanos e guatemaltecos entrevistados pelos pesquisadores vinculados ao Latinobarômetro, em 2009, consideram a democracia o melhor regime para se viver, com 49%, 46%, 43%, 42% e 42% do total, respectivamente. Entre os brasileiros, a adesão à democracia ainda pode ser considerada baixa. Segundo esse instituto de pesquisa, no ano de 2008, o percentual de brasileiros que preferem a democracia a qualquer outra forma de governo não chegou a 50%. Em 2009 esse percentual pulou para 55%, mas o apoio dos brasileiros à democracia, quando comparado à Bolívia (71%), ainda é baixo. Já no topo da aceitação da democracia, estão os cidadãos venezuelanos e os uruguaios, com, respectivamente, 84% e 82% do total.

Ao contrário do que ocorreu entre os latino-americanos, em especial com os brasileiros entrevistados, para os vereadores andreenses e sancaetanenses a adesão a essa forma de governo abrange todos os membros das casas Legislativas, com 100% cada uma, enquanto com os sanbernardenses esse apoio é de 87,5%. Segundo as informações expostas na Tabela 3, podemos afirmar que a volta aos anos de chumbo está longe de acontecer. Além disso, a tabela ainda informa que somente dois parlamentares da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo crêem que a democracia às vezes é a melhor forma de governo. Acreditamos que talvez essas opiniões possam ser um reflexo do alto percentual (45% em 2009) de brasileiros que não acreditam na democracia como a melhor forma de governo.

As informações apresentadas na Tabela 3 não nos dizem nada a respeito de quão intensamente os parlamentares entrevistados aderem à democracia. Para tentar verificar essa intensidade, os vereadores tiveram que Concordar ou Discordar de algumas situações hipotéticas que justificariam o fim do regime democrático. A Tabela 4 exhibe os percentuais em que o fim da democracia seria ou não aceitável nas situações apresentadas aos entrevistados.

Tabela 4 - Concorda ou discorda com o fim da democracia (São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, 2010)

Situação hipotética*	Câmara Municipal								
	São Bernardo do Campo			Santo André			São Caetano do Sul		
	C**	D	Total	C	D	Total	C	D	Total
A	31,2	68,8	100	11,1	88,9	100	12,5	87,5	100
	(5)	(11)	(16)	(2)	(16)	(18)	(1)	(7)	(8)
B	31,2	68,8	100	16,7	83,3	100	12,5	87,5	100
	(5)	(11)	(16)	(3)	(15)	(18)	(1)	(1)	(8)
C	25,0	75,0	100	16,7	83,3	100	---	100	100
	(4)	(12)	(16)	(3)	(15)	(18)		(8)	(8)
D	37,5	62,5	100	22,2	77,8	100	12,5	87,5	100
	(6)	(10)	(16)	(4)	(14)	(18)	(1)	(7)	(8)
E	31,2	68,8	100	22,2	77,8	100		100	100
	(5)	(11)	(16)	(4)	(14)	(18)	-	(8)	(8)
F	25,0	75,0	100	16,7	83,3	100		100	100
	(4)	(12)	(16)	(3)	(15)	(18)	-	(8)	(8)
G	75,0	25,0	100	77,8	22,2	100	75,0	25,0	100
	(12)	(4)	(16)	(14)	(4)	(18)	(6)	(2)	(8)

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbauy (2010).

Obs.: * A = Ameaça à propriedade privada; B = Ameaça aos valores morais e religiosos; C = Ameaça à ordem pública em função de crise econômica; D = Corrupção generalizada; E = Ameaça ao Estado pelo crime organizado; F = Quebra da hierarquia das instituições militares; G = Não é aceitável o fim da democracia.

** C = Concorda; D = Discorda.

*** Sinal para indicar % e N igual a zero.

A matriz de dados acima reforça as informações expostas anteriormente com a Tabela 3, pois podemos observar uma forte adesão dos vereadores à democracia. Isto se confirma porque em nenhuma das situações hipotéticas dadas aos membros das Câmaras Municipais a opção “Concorda” foi aceita pela maioria dos grupos analisados, exceto na situação G. O que mais estimularam os sanbernardenses a aceitarem o fim da democracia foram as situações que envolvem a corrupção generalizada (37,5%), a ameaça à propriedade privada, a ameaça aos valores morais e religiosos, a ameaça ao Estado pelo crime organizado (31,2% cada um), a ameaça à ordem pública em função de crise econômica e a quebra da hierarquia das instituições militares (25% cada um). Entretanto, no grupo analisado por nós, alguns parlamentares dizem concordar com o fim dessa forma de governo e com essas percepções apreendidas por nós não permitem conhecer os possíveis motivos dessas opiniões. O mesmo se aplica com os andreenses, mas com porcentagens diferentes. Entre os vereadores sancaetanenses, a ameaça à propriedade privada, a ameaça aos valores morais e religiosos e a corrupção generalizada (12,5% cada um) foram as situações que mais motivaram esses parlamentares a aceitarem o fim desse regime. Em resumo, alguns vereadores dos municípios de São Bernardo do Campo e de Santo André estão mais propensos a aceitarem a interrupção desse regime do que os seus colegas de São Caetano do Sul.

Os dados apresentados da Tabela 4 ainda chamaram atenção para duas situações. A primeira foi saber que a ameaça à propriedade privada não é um problema para a maioria dos entrevistados para interromper a democracia. A segunda compartilha com alguns estudos sobre as elites e a democracia (MOISÉS, 2005, 2010; LIMA e CHEIBUB, 1996), pois esses textos constataram, após um árduo período de ditadura, que muitos entrevistados (os nossos são sete casos, quatro de São Bernardo do Campo e três de Santo André) não acharam que se deve interromper a democracia por uma eventual crise no interior da caserna (veja a situação hipotética F). Por fim, é importante ressaltar que os dados expostos na matriz de dados acima podem apresentar, para o grupo sanbernardense, certa incoerência nas respostas de alguns vereadores: em corrupção generalizada, ameaça à propriedade privada, ameaça aos valores morais e religiosos e em ameaça ao Estado pelo crime organizado, o percentual dos que manifestaram a preferência pela opção “Concorda” é maior (37,5%, 31,2%, 31,2% e 31,2%) do que a dos que escolheram a alternativa “Discorda” na última situação hipotética (25%). Já para os vereadores andreenses e sancaetanenses apresentaram certa coerência nas suas respostas, isto é, ao escolherem a

opção “Discordar” na última situação (Não é aceitável o fim da democracia), o valor de N é superior às demais opções “Concordar” (exceto para última assertiva), onde o escore de N é inferior.

Conteúdo do apoio democrático

Com as discussões realizadas até o momento, podemos dizer que os vereadores apóiam fortemente a democracia, entretanto não conhecemos o conteúdo desse apoio. Acreditamos que o parlamentar já possui previamente uma noção do que seja a democracia e a identificação desse conteúdo pode dar os contornos desse conceito.

O conteúdo de adesão foi identificado apresentando aos vereadores alguns temas que abordam a igualdade social e a participação política, pois são assuntos que circunscrevem os princípios da democracia. Aqui o nosso objetivo foi conhecer as opiniões dos entrevistados sobre as medidas que visem não apenas fortalecer o crescimento da igualdade social como também o aumento da participação da atividade política.

Perissinotto e Braunert (2007, 2006) ressaltam que a igualdade social é um assunto relevante na análise das percepções dos parlamentares sobre a democracia, pois para os entrevistados existem alguns obstáculos, por exemplo, a desigualdade da renda, a deficiência educacional da maioria dos cidadãos etc., que poderiam ameaçar a consolidação desse regime. Nesse sentido, para conhecer as opiniões dos vereadores sobre políticas sociais, os entrevistados tiveram que se posicionar concordando ou discordando com algumas políticas que poderiam contribuir para superar tais obstáculos e para dirimir a desigualdade social entre os grupos sociais. A Tabela 5 apresenta os percentuais das opiniões dos parlamentares com relação às políticas sociais igualitárias.

Tabela 5 - Concorda ou discorda com a promoção de políticas igualitárias (São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, 2010)

Igualdade Social ¹	Câmara Municipal								
	São Bernardo do Campo			Santo André			São Caetano do Sul		
	C**	D	Total	C	D	Total	C	D	Total
A	93,7 (15)	6,3 (1)	100 (16)	83,3 (15)	16,7 (3)	100 (18)	87,0 (7)	13,0 (1)	100 (8)
B	100 (16)	... -	100 (16)	100 (18)	- -	100 (18)	87,0 (7)	13,0 (1)	100 (8)
C	50,0 (8)	50,0 (8)	100 (16)	77,8 (14)	22,2 (4)	100 (18)	62,5 (5)	37,5 (3)	100 (8)
D	43,7 (7)	56,3 (9)	100 (16)	66,6 (12)	33,4 (6)	100 (18)	25,0 (2)	75,0 (6)	100 (8)
E	43,7 (7)	56,3 (9)	100 (16)	38,9 (7)	61,1 (11)	100 (18)	37,5 (3)	62,5 (5)	100 (8)
F	43,7 (7)	56,3 (9)	100 (16)	38,9 (7)	61,1 (11)	100 (18)	62,5 (5)	37,5 (3)	100 (8)
G	50,0 (8)	50,0 (8)	100 (16)	66,6 (12)	33,4 (6)	100 (18)	37,5 (3)	62,5 (5)	100 (8)

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbaay (2010).

Obs.: * A = Sistema universitário gratuito; B = Universalização da saúde pública; C = Renda mínima para todos; D = Cotas para negros nas universidades públicas; E = Reforma agrária em terras produtivas ou não; F = Legalização da prática do aborto; G = União civil de pessoas do mesmo sexo.

** C = Concorda; D = Discorda.

*** Sinal para indicar % e N igual a zero.

As políticas apresentadas acima expõem os sentimentos igualitários dos nossos entrevistados, pois podemos observar certo apoio às políticas que buscam diminuir as diferenças entre os cidadãos no interior da sociedade. No geral, eles são favoráveis às políticas, mas fazem algumas exceções. No interior do grupo sanbernardense, merece destacar as políticas que focam a universalização da saúde pública (100%) e

o sistema universitário gratuito (93,7%). Entre os membros pertencentes à Câmara Municipal de Santo André, a universalização da saúde pública (100%), o sistema universitário gratuito (83,3%), a renda mínima (77,8%), a cota para negros nas universidades públicas e a união civil de pessoas do mesmo sexo (66,6% cada um) foram as políticas que mais chamaram atenção dos vereadores andreenses. No seio do grupo sancaetanenses, ganha relevância as políticas que abordam a universalização da saúde pública, o sistema universitário gratuito (87% cada um), a renda mínima e a legalização da prática do aborto (62,5% cada um).

Os dados dessa tabela também permitem fazer mais duas observações. A primeira é que algumas políticas dividem o universo analisado, por exemplo, entre os vereadores sanbernadenses, a renda mínima para todos divide o grupo sobre essa política igualitária. A segunda é que algumas dessas políticas, como a legalização da prática do aborto e a união civil de pessoas do mesmo sexo, ainda têm pouca aceitação e aderência entre os membros da classe política local.

Continuando com a caracterização do conteúdo da democracia, o próximo ponto foi conhecer as opiniões dos parlamentares sobre o tema da participação política. Para apreender tais percepções, os vereadores tiveram que se posicionar, concordando ou discordando com algumas políticas que poderiam contribuir para o alargamento das esferas de participação dos cidadãos. A Tabela 6 apresenta os percentuais das opiniões dos nossos entrevistados com relação à ampliação participativa no interior da sociedade.

Tabela 6 - Concorde ou discorda com a ampliação da participação política (São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, 2010)

Participação política*	Câmara Municipal								
	São Bernardo do Campo			Santo André			São Caetano do Sul		
	C**	D	Total	C	D	Total	C	D	Total
A	87,4 (14)	12,6 (2)	100 (16)	100 (18)	... (11)	100 (18)	100 (8)	- (4)	100 (8)
B	37,4 (6)	62,6 (10)	100 (16)	38,8 (7)	61,2 (11)	100 (18)	50,0 (4)	50,0 (4)	100 (8)
C	37,4 (6)	62,6 (10)	100 (16)	66,8 (12)	33,4 (6)	100 (18)	50,0 (4)	50,0 (4)	100 (8)
D	43,7 (7)	56,3 (9)	100 (16)	50,0 (9)	50,0 (9)	100 (18)	50,0 (4)	50,0 (4)	100 (8)
E	68,7 (11)	31,3 (5)	100 (16)	44,6 (8)	55,4 (10)	100 (18)	50,0 (4)	50,0 (4)	100 (8)

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbauy (2010).

Obs.: * A = Participação do cidadão pelo voto; B = Participação do cidadão pelo plebiscito; C = Participação do cidadão pelos conselhos gestores; D = Participação do cidadão pelo orçamento participativo; E = Participação direta do cidadão nos assuntos públicos.

** C = Concorde; D = Discorda.

*** Sinal para indicar % e N igual a zero.

Os vereadores sanbernardenses, andreenses e sancetanenses vêem a democracia estritamente associada ao campo eleitoral. Noutras palavras, somente existirá esse regime se houver a participação do cidadão pelo voto (100%, 100% e 87,4%) e, conseqüentemente, as eleições são instrumentos essenciais para aumentar o escopo participativo dos cidadãos e para manutenção da sua funcionabilidade. A participação direta do cidadão em todas as decisões, que se constitui na visão democrática defendida por Jean-Jacques Rousseau, é vista diferentemente nos três grupos analisados: com os vereadores sanbernardenses, essa prática é bem aceita por eles, pois 68,7% concordaram; mais de 50% dos parlamentares andreenses não concordaram com a participação direta dos cidadãos nas decisões em assuntos públicos e com os vereadores sancetanenses esse tipo de ação participativa divide o grupo (50% contra 50%). Os outros tipos de participação (conselhos gestores, plebiscito e orçamento participativo) são aceitos por alguns parlamentares,

mas para outros essas instâncias participativas são desnecessárias em um regime democrático. Para eles, o que valem são as eleições, com a participação ativa dos cidadãos (aqui entendemos essa participação somente no ato de votar) na escolha dos seus representantes (SCHUMPETER, 1984).

Partidos, eleições e democracia

Os partidos e as eleições são instituições fundamentais para o bom funcionamento da democracia. O partido é considerado um mecanismo de expressão e de representação, ao mesmo tempo cumpre com a função de governar. Já a eleição é uma das quatro propriedades fundamentais da democracia, isto significa que é um instrumento institucional básico e essencial de qualquer sistema político dito democrático (MAINWARING, BRINKS e PÉREZ-LIÑÁN, 2001).

A fim de conhecer as opiniões dos vereadores sobre a importância dos partidos e das eleições para a democracia, apresentamos a eles as seguintes situações: (a) há pessoas que dizem que sem partidos não pode existir democracia e (b) as eleições são sempre o melhor meio para expressar determinadas preferências políticas. O nosso objetivo foi identificar em que medida os entrevistados reconhecem a importância dessas instituições para a democracia. Para isto, eles tiveram concordar ou discordar das afirmações apresentadas. Os resultados podem ser vistos na tabela seguir.

Tabela 7 - Concorda ou discorda com a importância dos partidos e das eleições (São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, 2010)

Situação*	Câmara Municipal								
	São Bernardo do Campo			Santo André			São Caetano do Sul		
	C**	D	Total	C	D	Total	C	D	Total
A	100 (16)	...	100 (16)	100 (18)	-	100 (18)	100 (8)	-	100 (8)
B	100 (16)	-	100 (16)	100 (18)	-	100 (18)	100 (8)	-	100 (8)

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbauy (2010).

Obs.: * A = Há pessoas que dizem que sem partido não pode existir democracia; B = As eleições são sempre o melhor meio para expressar determinadas preferências políticas.

** C = Concorda; D = Discorda.

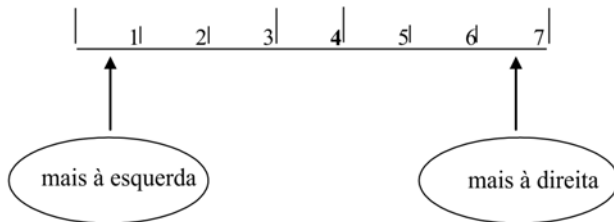
*** Sinal para indicar % e N igual a zero.

Todos os parlamentares estão de acordo com a afirmação de que sem partido não pode existir democracia. Ao analisar a relevância das legendas partidárias para a democracia entre as elites parlamentares de alguns países da América do Sul e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, as opiniões desses grupos são parecidas com aqueles encontrados por nós para os vereadores dos municípios de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul. Felisbino (2011, 2008a, 2008b), ao analisar essas afirmações para os sul-americanos, constatou que paraguaios, uruguaios e argentinos são os parlamentares que mais concordaram com a afirmação sobre os partidos, com 94,5%, 89,5% e 81% do total, respectivamente. Por outro lado, colombianos, equatorianos, venezuelanos e bolivianos são os legisladores que menos aceitaram a afirmação de que sem partido não pode existir democracia, com, respectivamente, 75,8%, 74,2%, 68% e 62,5% do total. Felisbino e Kerbauy (2011, 2010a, 2010b), ao examinarem as percepções dos deputados estaduais paulistas, constataram que 93,3% dos parlamentares estão de acordo de que o partido é crucial para a existência da democracia. Mesmo que alguns parlamentares colombianos, equatorianos, venezuelanos, bolivianos e paulista (um caso) discordem da afirmação sobre os partidos, segundo Sáez e Freidenberg (2002), eles continuam sendo as principais instituições que estruturam a dinâmica política dos países latino-americanos.

A Tabela 7 também informa que os vereadores sanbernardenses, andreenses e sancaetanenses concordaram com a afirmação de que a melhor forma de expressão das preferências políticas é por meio da eleição. Essa mesma percepção também foi constatada entre a maioria dos parlamentares dos países sul-americanos, pois eles acreditam na importância das eleições para fortalecer a democracia. Os argentinos, os uruguaios e os paraguaios são os parlamentares que mais acreditam na importância das eleições no regime democrático com 98,4%, 95,3% e 92,9% do total, respectivamente (FELISBINO, 2011, 2008a, 2008b). Não podemos dizer o mesmo para os venezuelanos, os bolivianos e os equatorianos, pois os membros pertencentes às elites parlamentares desses países apresentam um baixo percentual de concordância com a afirmação sobre as eleições, com, respectivamente, 88%, 77,5% e 75,5% do total. Já com relação aos deputados estaduais paulistas, todos concordam que a eleição é uma instituição que facilita a exposição das preferências dos grupos no interior da sociedade (FELISBINO e KERBAUY, 2011, 2010a, 2010b).

Opções ideológicas e democracia

A percepção de democracia dos vereadores está vinculada à criação de alguns serviços básicos estatais e à participação dos cidadãos pelo voto, o que faz perguntar: a opção ideológica influencia a percepção do vereador sobre a democracia? Ter ou não uma posição pode comprometer a adesão à democracia? Para apreender o posicionamento ideológico dos parlamentares sanbernardenses, andreenses e sancaetanenses, elaboramos uma escala de 1 a 7¹³ (abaixo), na qual 1 representa a posição mais à esquerda e 7 mais à direita.



Esse tipo de escala é um procedimento bastante utilizado por muitos pesquisadores (SÁEZ, 2008, 2004; ZUCCO JR., 2009) e produz algumas opiniões contrárias ao seu uso para apreender a opção ideológica do parlamentar, pois o entrevistado pode mentir sobre a sua verdadeira posição no espaço ideológico (PERISSINOTTO e BRAUNERT, 2007, 2006; SÁEZ, 2004). Tendo conhecimento desse risco, resolvemos utilizá-la, pois para o momento foi a melhor ferramenta que encontramos para atingir o nosso objetivo de entender a relação entre opção ideológica e democracia.

Depois de identificada a posição de cada vereador, constatamos que os espaços de centro-esquerda e de centro tornaram-se escolhidos pela maioria dos vereadores de São Bernardo do Campo e Santo André, enquanto uma boa parte dos parlamentares de São Caetano do Sul

¹³ Cada uma das opções dessa escala representa uma posição ideológica, mas elas não foram mostradas na questão do nosso questionário auto-administrado, pois acreditamos que poderia intimidar os entrevistados no momento da escolha.

está alojada nas opções de centro-direita e direita. Os resultados encontram-se na Tabela 8.

Tabela 8 - Opção ideológica (São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, 2010)

Opção	Câmara Municipal		
	São Bernardo do Campo	Santo André	São Caetano do Sul
Extrema-esquerda	12,5 (2)	11,1 (2)	-
Esquerda	25,0 (4)	16,7 (3)	-
Centro-esquerda	12,5 (2)	27,7 (5)	12,5 (1)
Centro	31,3 (5)	16,7 (3)	12,5 (1)
Centro-direita	12,5 (2)	11,1 (2)	25,0 (2)
Direita	6,2 (1)	5,6 (1)	37,5 (3)
Extrema-direita	-	11,1 (2)	12,5 (1)
Total	100 (16)	100 (18)	100 (8)

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbauy (2010).

Obs.: * Sinal para indicar % e N igual a zero.

A maioria dos vereadores andreenses escolheu as opções de centro-esquerda (cinco casos) e centro (três) e aqui concordamos com o que Perissinotto e Braunert (2007, p.205) afirmam dos deputados estaduais do Paraná ao escolherem o centro-esquerda como opção ideológica: “[...] uma posição que não se compromete com a insensibilidade social da direita nem com as posições ‘extremadas’ e ‘ultrapassadas’ da esquerda [...]”. Esse raciocínio também se pode aplicar aos parlamentares de São Bernardo do Campo, ao escolherem, na sua maioria, as opções de centro (cinco casos) e centro-esquerda (dois) do espectro

ideológico. Em resumo, ser de centro-esquerda ou de centro significa ter um posicionamento que não fere estrategicamente quem pertence a um partido de esquerda ou de direita. O mesmo não se pode dizer dos vereadores sancaetanenses, pois alguns deles estão distribuídos entre o centro-direita e a direita.

Esse breve retrato ideológico dos vereadores reflete nas filiações partidárias? O cruzamento das variáveis “opção ideológica” e “classificação dos partidos”¹⁴ mostrou-se significativa, isto quer dizer que, em princípio, existe uma associação entre essas variáveis para todos os casos estudados. No teste do Qui-Quadrado, o p-valor (nível de significância) foi menor (0,021) que o estabelecido estatisticamente (0,05); além do mais, o r de Pearson (0,491) e o coeficiente de contingência (0,603) reforçam esta associação. Embora os testes estatísticos indiquem certa relação, alguns dos nossos entrevistados não apresentam uma estreita interação entre ideologia e partido, por exemplo, um parlamentar filiado ao PSB (legenda classificada pela literatura com de esquerda) escolheu a posição número 6 da nossa escala (Direita) e ele pergunta: “que é direita ou esquerda para quem legisla em favor do cidadão?” dessa sua pergunta surge outra: será que esses parlamentares estabelecem uma relação mais instrumental com o partido? Acreditamos que sim. Segundo a literatura especializada, o principal desejo dos atores políticos é se reeleger, então, eles vão trabalhar para que isto aconteça, mesmo que tenha que deixar as propostas partidárias de lado (AMES, 2003).

Independentemente disto seria interessante analisar as percepções dos parlamentares entrevistados que preferem a democracia a qualquer outro tipo de regime, segundo as suas escolhas ideológicas. A Tabela 9 exhibe essas informações.

¹⁴ A classificação dos partidos em esquerda, centro e direita foi baseada em Figueiredo e Limongi (1999).

Tabela 9 - Adesão à democracia, segundo a opção ideológica (São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul, 2010)

Câmara Municipal	Adesão à democracia	Opção ideológica						TOTAL	
		1*	2	3	4	5	6		
São Bernardo do Campo	A	6,25	18,75	12,5	31,3	12,5	6,25	100	
		(1)	(3)	(2)	(5)	(2)	(1)	(16)	
	B	50,0	50,0	-	-	-	-	100	
		(1)	(1)	-	-	-	-	(2)	
		***	-	-	-	-	-	-	
D	-	-	-	-	-	-	-		
Santo André	A	11,1	16,7	27,7	16,7	11,1	5,6	11,1	100
		(2)	(3)	(5)	(3)	(2)	(1)	(2)	(18)
	B	-	-	-	-	-	-	-	-
	C	-	-	-	-	-	-	-	-
	D	-	-	-	-	-	-	-	-
São Caetano do Sul	A	-	-	12,5	12,5	25,0	37,5	12,5	100
		-	-	(1)	(1)	(2)	(3)	(1)	(8)
	B	-	-	-	-	-	-	-	-
	C	-	-	-	-	-	-	-	-
	D	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbauy (2010).

Obs.: * A = A democracia é sempre a melhor forma de governo; B = A democracia às vezes é a melhor forma de governo;

C = A democracia nunca é a melhor forma de governo; D = É indiferente ter ou não uma democracia.

** 1 = Extrema-esquerda; 2 = Esquerda; 3 = Centro-esquerda; 4 = Centro; 5 = Centro-direita; 6 = Direita; 7 = Centro-direita.

*** Sinal para indicar % e N igual a zero.

A tabela acima mostra duas situações: (a) os vereadores sanbernadenses e andreenses que estão mais à esquerda da escala tendem aderir mais facilmente à democracia, enquanto com (b) os parlamentares sancaetanenses ocorre o inverso, isto é, quanto mais à direita do espectro ideológico estiver o vereador maior é a probabilidade de ele apoiar esse regime. Em outras palavras, a opção ideológica do vereador não é responsável no apoio dado à democracia, vejamos porque estatisticamente: o coeficiente de contingência entre as variáveis analisada foi de 0,380 e o nível de significância foi de 0,313, muito alto e isto mos-

tra que não há associação significativa entre adesão à democracia e opção ideológica dos vereadores.

Conclusão

Neste artigo procuramos dar uma contribuição aos estudos sobre a democracia no Brasil ao analisar as opiniões dos vereadores de alguns municípios do ABC Paulista. Também acreditamos que ampliamos o escopo da pesquisa “A democracia e os valores políticos da elite parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2007-2010)”, pois ela focou no âmbito estadual e este artigo concentrou na esfera municipal, permitindo conhecer o que pensam os diferentes atores políticos da democracia.

Com os resultados e as discussões empreendidas ao longo do texto identificamos o reconhecimento, por parte dos vereadores de São Bernardo do Campo, de Santo André e de São Caetano do Sul, de que estamos vivendo em uma democracia e que, por sua vez, esta, apresenta um grau de estabilidade bem alto, quando comparado com as percepções de alguns parlamentares sul-americanos e com os deputados estaduais paulistas.

Os dados nos mostram um forte apoio dos vereadores à democracia e essa adesão está muito acima do encontrado, em 2009, pelos pesquisadores associados ao Latinobarómetro (55% contra 87,5%, 100% e 100%). São poucos os parlamentares (dois sanbernardenses) que aceitam uma interrupção da democracia caso os valores que lhe são fundamentais sejam atingidos pela continuidade do regime. Talvez essas percepções sobre a democracia possam ser um reflexo do alto percentual de brasileiros que não acreditam nesse regime como a melhor forma de governo.

Vimos que a adesão à democracia apresenta um conteúdo social que obteve um bom apoio dos entrevistados. Isto significa que as políticas públicas que buscam focar no sistema universitário gratuito, na universalização da saúde, na renda mínima, nas cotas para negros, na reforma agrária em terras produtivas e improdutivas, na união civil de pessoas do mesmo sexo e na legalização da prática do aborto podem trazer mudanças no interior dos grupos sociais. Na esfera política, o conteúdo da democracia pauta-se basicamente na participação do cidadão pelo voto, ou seja, a democracia tem um peso eleitoral muito grande na opinião dos entrevistados. Também é importante ressaltar que as outras formas de participação política apoiadas pelos vereadores podem, de acordo com Jacobi (1980, p.26), fortalecer os níveis de “[...]”

consciência e de organização da população na construção de uma real prática democrática”. Em outras palavras, essas formas de participação podem alargar o escopo político da democracia.

Constatamos que as opiniões dos parlamentares mostram a importância que os partidos e as eleições, sobretudo as periódicas e as livres, têm no interior da sociedade brasileira de estruturarem as vontades e as decisões políticas. Em outros termos, essas instituições são e sempre foram instrumentos básicos do jogo político e elas são necessárias para estruturarem as vontades e as decisões dos diferentes grupos sociopolíticos.

Verificamos que a adesão à democracia não sofre influência da opção ideológica, ou seja, independentemente da posição declarada pelos parlamentares, eles vão apoiá-la como sendo superior a qualquer outro tipo de regime. Acreditamos que talvez existam outros fatores que possam explicar essa adesão, mas, com certeza, a opção ideológica não se mostrou estatisticamente o suficiente para afirmar tal associação.

Do que foi discutido ao longo do texto, podemos finalizar este artigo dizendo que hoje a democracia brasileira, na visão dos membros das diferentes elites, traz consigo alguns elementos sociopolíticos que permitem dizer que esse regime apresenta uma robustez societal que dificilmente deixará de existir. Dada a importância dos temas aqui discutidos, é evidente que novas pesquisas são necessárias para ampliar e confirmar os achados propiciados pelo presente texto.

Referências

ALMEIDA, Bruna Gisi M. de; BRAUNERT, Mariana Betttega. Técnicos de Estado e democracia: os valores políticos da elite política-administrativa paranaense (1995-2002). In: PERISSINOTTO, R. M. et al. (Orgs.). **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2007.

AMES, Barry. **Os Entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos R.; SANTOS, Fabiano. **Governabilidade e representação política na América do Sul**. São Paulo: UNESP, 2004.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

DAHL, Robert A. **La Poliarquía: participación y oposición**, Madrid: Tecnos, 1997.

FELISBINO, Riberti de Almeida. A Democracia nas Américas: a situação nos países do Mercosul. **Meridiano 47**, v.12, n.124, 2011.

FELISBINO, Riberti de Almeida. Instituições e valores políticos: as opiniões das elites parlamentares dos países do Mercosul em perspectiva comparada. **6º Encontro da ABCP**, Campinas, 2008a.

FELISBINO, Riberti de Almeida. Como Está o regime democrático na América do Sul? As opiniões dos parlamentares sul-americanos. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 8, n.88, 2008b.

FELISBINO, Riberti de Almeida; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. A Democracia e os valores políticos da elite parlamentar da Assembleia do Estado de São Paulo (2007-2009). **II Fórum de Pós-Graduação em Ciência Política**. São Carlos, 2011.

FELISBINO, Riberti de Almeida; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Democracias comparadas dos Estados brasileiros: valores políticos das elites parlamentares. **7º Encontro da ABCP**. Recife, 2010a.

FELISBINO, Riberti de Almeida; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Atitudes políticas dos deputados estaduais paulistas e paranaenses: as dimensões da democracia nos Estados brasileiros. **II Seminário Nacional Sociologia & Política**. Curitiba, 2010b.

FELISBINO, Riberti de Almeida; MIRANDA, Francisco J. Lemus. ¿Tener o no una opinión? Los dirigentes de los partidos políticos de Brasil y Guatemala. **Revista de Ciencias Sociales**, v.16, n.1, 2010.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FLORIA, Carlos A. América Latina: la democracia en tiempo difíciles. **América Latina Hoy**, Salamanca, n.16, 1997.

JACOBI, Pedro Roberto. Movimentos urbanos no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.9, 1980.

LIMA, Maria Regina Soares; CHEIBUB, Zairo Borges. Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.31, 1996.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista: o caso do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n.28/29, 1993.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. **Dados**, v.44, n.4, 2001.

MILLS, Charles Wright. **La Elite del poder**. 12ed. México: FCE, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. A confiança e os seus efeitos sobre as instituições democráticas. In MOISÉS, J. Á. (org.). **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Edusp, 2010.

MOISÉS, José Álvaro. A Desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v.11, n.1, 2005.

MOLINA, José Enrique; LEVINE, Daniel. La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada. **América Latina Hoy**, Salamanca, n.45, 2007.

NICOLAU, Jairo M. **Sistemas eleitorais: uma introdução**. 4ed., Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; BRAUNERT, Mariana Bettega. A Direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002). In: PERISSINOTTO, R. M. et al. (Orgs.). **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; BRAUNERT, Mariana Bettega. A Direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002). **Opinião Pública**, Campinas, v.12, n.1, 2006.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **32 Encontro da ANPOCS**, Caxambu, 2008.

REQUIÃO, Roberto; BUENO, Cunha. **Guia do vereador do terceiro milênio**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados, 2007.

SÁEZ, Manuel Alcántara. **¿Instituciones o máquinas ideológicas? Origen, programa y organización de los partidos latinoamericanos.** Barcelona: Institut de Ciències Politiques i Socials, 2004.

SÁEZ, Manuel Alcántara. La escala de la izquierda: la ubicación ideológica de presidentes y partidos de izquierda en América Latina. **Nueva Sociedad**, Caracas, n.217, 2008.

SÁEZ, Manuel Alcántara; FREIDENBERG, Flavia. Partidos políticos na América Latina. **Opinião Pública**, v.8, n.2, 2002.

SILVA, Benedicto. Teoria das funções municipais. **Textos de Administração Municipal**, Rio de Janeiro n.12, 2ed., 1995.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

ZUCCO JR., Cesar. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. **Seminário “Legislator views of brazilian governance”**. Oxford, 2009.

Outras fontes

Dicionário Eletrônico de Língua Portuguesa Houaiss (2007). Versão 2.0a.

FELISBINO, Riberti de Almeida e KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **As Dimensões da democracia nos municípios do ABC: valores políticos dos vereadores de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul (Banco de Dados).** Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2010.

Latinobarómetro. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/>>.

Riberti de Almeida Felisbino
ribertialmeida@yahoo.com.br

Maria Teresa Miceli Kerbaury
kerbaury@travernet.com.br

Recebido em 28 out. 2012
Aprovado em 06 nov. 2012